A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA FRANCISCO
AOS PARTICIPANTES NA CONFERÊNCIA "(RE)THINKING EUROPE"
PROMOVIDA PELA COMISSÃO DAS CONFERÊNCIAS EPISCOPAIS
DA COMUNIDADE EUROPEIA (COMECE)

Sala Nova do Sínodo
Sábado, 28 de outubro de 2017

[Multimídia]

Eminências,
Excelências Distintas Autoridades
Senhoras e Senhores

Sinto-me feliz por participar neste momento conclusivo do Diálogo *(Re)Thinking Europe. Uma contribuição cristã ao futuro do projeto europeu*, promovido pela Comissão dos Episcopados da Comunidade Europeia (COMECE). Saúdo de modo particular o Presidente, Sua Eminência o Cardeal Reinhard Marx, assim como o Dep. Antonio Tajani, Presidente do Parlamento Europeu, aos quais agradeço as deferentes palavras que há pouco me dirigiram. A cada um de vós desejo expressar vivo apreço por terdes participado tão numerosos neste importante âmbito de debate. Obrigado!

O *Diálogo* destes dias forneceu a oportunidade para refletir amplamente acerca do futuro da Europa com uma multiplicidade de perspectivas, graças à presença entre vós de diversas personalidades eclesiais, políticas, académicas ou simplesmente provenientes da sociedade civil. Os jovens puderam expor as suas expectativas e esperanças, confrontando-se com os mais idosos, os quais, por sua vez, tiveram a oportunidade de oferecer a sua bagagem cheia de reflexões e experiências. É significativo que este encontro tenha pretendido ser antes de mais um *diálogo* no espírito de um confronto livre e aberto, através do qual enriquecer-se reciprocamente e iluminar o *caminho do futuro* da Europa, ou seja, o caminho que todos juntos estão chamados a percorrer para superar as crises que atravessamos e enfrentar os desafios que nos aguardam.

Falar de uma *contribuição cristã* ao futuro do continente significa antes de tudo questionar-se acerca da nossa tarefa como cristãos hoje, nestas terras tão ricamente plasmadas ao longo dos séculos pela fé. Qual é a nossa responsabilidade num tempo em que o rosto da Europa está cada vez mais conotado por uma pluralidade de culturas e de religiões, enquanto para muitos o cristianismo é sentido como um elemento do passado, distante e alheio?

Pessoa e comunidade

No ocaso da civilização antiga, quando as glórias de Roma se tornaram aquelas ruínas que ainda hoje podemos admirar na cidade; quando novos povos pressionavam nas fronteiras do antigo Império, um jovem fez ecoar a voz do Salmista: «Quem é o homem que pretende a vida e deseja ver dias felizes?».[1] Ao propor esta questão no Prólogo da *Regra*, São Bento apresentou à atenção dos seus contemporâneos, e também à nossa, um conceito do homem radicalmente diverso do que tinha distinguido o classicismo greco-romano, e ainda mais daquele violento que caracterizara as invasões bárbaras. O homem já não é simplesmente um *civis*, um cidadão dotado de privilégios para consumir no ócio; já não é um *miles*, servidor combativo do poder do momento; sobretudo já não é um *servus*, mercadoria de intercâmbio desprovida de liberdade destinada unicamente ao trabalho e à fadiga.

São Bento não repara na condição social, nem na riqueza, nem no poder que se tem. Ele apela à natureza comum de cada ser humano, que, seja qual for a sua condição, manifesta anseio pela vida e deseja dias felizes. Para Bento não existem papéis, mas pessoas: não há adjetivos, há substantivos. É precisamente este um dos valores fundamentais que o cristianismo trouxe: o sentido da pessoa, constituída à imagem de Deus. A partir deste princípio construir-se-ão os mosteiros, que se tornarão com o tempo berço do renascimento humano, cultural, religioso e também económico do continente.

O primeiro, e talvez o maior, contributo que os cristãos podem dar à Europa de hoje é recordar-lhe que ela não é uma recolha de números ou de instituições, mas é constituída por pessoas. Infelizmente, observa-se com frequência que qualquer debate se reduz facilmente a uma discussão sobre números. Não existem os cidadãos mas os votos. Não existem os migrantes mas as quotas. Não existem os trabalhadores, mas os indicadores económicos. Não existem os pobres, mas os limiares de pobreza. Desta forma, o aspeto concreto da pessoa humana é reduzido a um princípio abstrato, mais cómodo e tranquilizador. Compreende-se a razão: as pessoas têm rostos, obrigam-nos a uma responsabilidade real, concreta, “pessoal”; os números ocupam-nos com raciocínios, até úteis e importantes, mas permanecerão sempre sem alma. Oferecem-nos o álibi para uma desvinculação, porque nunca nos tocam na carne.

Reconhecer que o outro é antes de tudo uma pessoa, significa valorizar aquilo que me une a ele. Ser pessoas liga-nos aos outros, faz-nos ser *comunidade*. Por conseguinte, a segunda contribuição que os cristãos podem dar ao futuro da Europa é a redescoberta do sentido de

pertença a uma comunidade. Não foi por acaso que os Pais fundadores do projeto europeu escolheram precisamente esta palavra para identificar o novo sujeito político que se ia constituindo. A comunidade é o maior antídoto contra os individualismos que caracterizam o nosso tempo, aquela tendência hoje generalizada a no Ocidente a conceber-se e a viver em solidão. Compreende-se mal o conceito de liberdade, interpretando-o quase como se fosse *o dever de estar sós*, desvinculados de qualquer laço, e por conseguinte construiu-se uma sociedade desenraizada e desprovida de sentido de pertença e de herança. E a meu ver isto é grave.

Os cristãos reconhecem que a sua identidade é antes de mais relacional. Eles estão inseridos como membros de um corpo, a Igreja (cf. *1 Cor* 12, 12), na qual cada um com a sua identidade e peculiaridade participa livremente na edificação comum. Analogamente esta relação verifica-se também no âmbito dos relacionamentos interpessoais e da sociedade civil. Diante do outro, cada um descobre o seu valor e os seus defeitos; os seus pontos de força e as suas debilidades: por outras palavras, descobre o seu rosto, compreende a sua identidade.

A família, como primeira comunidade, permanece o lugar mais fundamental desta descoberta. Nela, a diversidade é exaltada e, ao mesmo tempo, é incluída na unidade. A família é a *união harmoniosa das diferenças* entre o homem e a mulher, que é tanto mais verdadeira e profunda quanto mais é generativa, capaz de se abrir à vida e aos outros. De igual modo, uma comunidade civil é viva se souber ser aberta, se souber acolher a diversidade e os dotes de cada um e, simultaneamente, se souber gerar novas vidas, assim como desenvolvimento, trabalho, inovação e cultura.

Por conseguinte, pessoa e comunidade são as bases da Europa para cuja construção, enquanto cristãos, queremos e podemos contribuir. Os tijolos deste edifício chamam-se: diálogo, inclusão, solidariedade, desenvolvimento e paz.

Lugar de diálogo

Hoje toda a Europa, do Atlântico aos Urais, do Polo Norte ao Mar Mediterrâneo, não pode permitir-se de perder a oportunidade de ser antes de mais um *lugar de diálogo*, ao mesmo tempo sincero e construtivo, no qual todos os protagonistas têm igual dignidade. Somos chamados a edificar uma Europa na qual nos possamos encontrar e confrontar a todos os níveis, num certo sentido como era a antiga *ágora*. Com efeito, era assim a praça da *polis*. Não só espaço de intercâmbio económico, mas também coração nevrálgico da política, sede na qual se elaboravam as leis para o bem-estar de todos; lugar situado em frente do templo, de modo que à dimensão horizontal da vida diária nunca faltasse a visão transcendente, que faz olhar para além do efémero, do passageiro e do provisório.

Isto leva-nos a considerar o papel positivo e construtivo que em geral a religião possui na

edificação da sociedade. Penso, por exemplo, na contribuição do diálogo inter-religioso para favorecer o conhecimento recíproco entre cristãos e muçulmanos na Europa. Infelizmente, um certo preconceito laicista, ainda dominante, não é capaz de entender o valor positivo para a sociedade do papel público e objetivo da religião, preferindo relegá-la para uma esfera meramente particular e sentimental. Deste modo, instaura-se também o predomínio de um certo *pensamento único*,[2] bastante difundido nas instâncias internacionais, que vê na afirmação de uma identidade religiosa um perigo para si e para a própria hegemonia, acabando deste modo por favorecer uma contraposição artificial entre o direito à liberdade religiosa e outros direitos fundamentais. Há entre eles um divórcio.

Favorecer o diálogo — qualquer diálogo — é uma responsabilidade basilar da política e, infelizmente, observa-se com frequência que ela se transforma sobretudo em sede de conflito entre as forças contrárias. À voz do diálogo substituem-se os gritos das reivindicações. De várias partes se tem a impressão que o bem comum já não é o objetivo primário perseguido e este desinteresse é sentido por muitos cidadãos. Encontram assim terreno fértil em muitos países as formações extremistas e populistas, que fazem da contestação o centro da sua mensagem política, sem contudo oferecer uma alternativa para um projeto político construtivo. O diálogo é substituído, ou por uma contraposição estéril, que pode até pôr em perigo a convivência civil, ou por uma hegemonia do poder político que prende e impede uma verdadeira vida democrática. Na primeira situação, destroem-se as pontes e, na segunda, erguem-se muros. E hoje a Europa conhece ambas.

Os cristãos são chamados a favorecer o diálogo político, sobretudo onde ele está ameaçado e onde parece prevalecer o conflito. Os cristãos são chamados a voltar a dar dignidade à política, entendida como máximo serviço ao bem comum e não como uma ocupação de poder. Isto exige também uma formação adequada, porque a política não é “a arte da improvisação”, mas uma expressão nobre de abnegação e dedicação pessoal em benefício da comunidade. Para ser *leader* são necessários estudo, preparação e experiência.

Âmbito inclusivo

Responsabilidade comum dos líderes é favorecer uma Europa que seja uma comunidade *inclusiva*, livre de um mal-entendido de fundo: inclusão não é sinónimo de nivelamento indiferenciado. Ao contrário, somos autenticamente inclusivos quando sabemos valorizar as diferenças, assumindo-as como património comum e enriquecedor. Nesta ótica, os migrantes são um recurso não um peso. Os cristãos são chamados a meditar seriamente sobre a afirmação de Jesus: «Eu era estrangeiro e acolhestes-me» (*Mt* 25, 35). Sobretudo perante o drama dos migrantes e refugiados, não podemos esquecer que estamos diante de pessoas, que não podem ser escolhidas ou descartadas a nosso bel-prazer, segundo lógicas políticas, económicas ou até religiosas.

Todavia, isto não contrasta com o dever que cada autoridade de governo tem de gerir a questão migratória «com a virtude própria do governante, isto é, a prudência»,[3] que deve ter em consideração tanto a necessidade de manter um coração aberto, como da possibilidade de integrar plenamente nos planos social, económico e político aqueles que chegam ao país. Não se pode pensar que o fenómeno migratório é um processo indiscriminado e sem regras, mas também não se podem erguer muros de indiferença ou de medo. Por sua vez, os próprios migrantes não devem descuidar o grave deve de conhecer, respeitar e até assimilar a cultura e as tradições da nação que os recebe.

Espaço de solidariedade

Trabalhar a favor de uma comunidade inclusiva significa edificar um *espaço de solidariedade*. Com efeito, ser comunidade implica a ajuda recíproca e, portanto, não podem ser apenas alguns a carregar pesos e a fazer sacrifícios extraordinários, enquanto outros permanecem escondidos na defesa de posições privilegiadas. Uma União Europeia que, ao enfrentar as suas crises, não voltasse a descobrir o sentido de ser uma única comunidade que se sustém e se ajuda — e não um conjunto de pequenos grupos de interesse — perderia não só um dos desafios mais importantes da sua história, mas também uma das maiores oportunidades para o seu futuro.

Solidariedade, uma palavra que muitas vezes parece que se deseja eliminar do dicionário. A solidariedade, que na perspetiva cristã encontra a sua razão de ser no preceito do amor (cf. *Mt* 22, 37-40), não pode deixar de ser a linfa vital de uma comunidade viva e madura. Juntamente com o outro princípio fundamental da subsidiariedade, ela diz respeito não apenas às relações entre os Estados e as Regiões da Europa. Ser uma comunidade solidária significa cuidar dos mais frágeis da sociedade, dos pobres, de quantos são descartados pelos sistemas económicos e sociais, a começar pelos idosos e pelos desempregados. Mas a solidariedade exige também que se recuperem a colaboração e o apoio recíproco entre as gerações.

A partir dos anos sessenta do século passado existe um conflito geracional sem precedentes. Ao transmitir às novas gerações os ideais que fizeram grande a Europa, podemos dizer hiperbolicamente que à tradição se preferiu a traição. À rejeição daquilo que provinha dos pais, seguiu-se assim o tempo de uma esterilidade dramática. Não só porque na Europa se fazem poucos filhos — o nosso inverno demográfico — e demasiados deles foram privados do direito de nascer, mas também porque nos descobrimos incapazes de legar aos jovens os instrumentos materiais e culturais para enfrentar o futuro. A Europa vive uma espécie de *falta de memória*. Voltar a ser comunidade solidária significa redescobrir o valor do próprio passado, para enriquecer o próprio presente e comunicar à posteridade um porvir de esperança.

Ao contrário, muitos jovens sentem-se desorientados face à ausência de raízes e de perspetivas, estão erradicados, «ao sabor das ondas, agitados por qualquer sopro de doutrina» (*Ef* [4], 14); e por vezes até “prisioneiros” de adultos possessivos, que têm dificuldade de desempenhar o papel

que lhes compete. É grave a tarefa de educar, não só oferecendo um conjunto de conhecimentos técnicos e científicos, mas sobretudo trabalhando «na promoção da perfeição integral da pessoa humana, no bem da sociedade terrestre e na edificação de um mundo configurado mais humanamente».4 Isto exige o engajamento da sociedade inteira. A educação é uma tarefa comum, que requer a participação ativa dos pais e, ao mesmo tempo, da escola e da universidade, das instituições religiosas e da sociedade civil. Sem educação não se gera cultura e torna-se árido o tecido vitral das comunidades.

Fonte de desenvolvimento

A Europa que se redescobre comunidade certamente será uma *fonte de desenvolvimento* para si mesma e para o mundo inteiro. O desenvolvimento deve ser entendido no sentido que o Beato Paulo VI atribuiu a esta palavra. «Para ser autêntico, [o desenvolvimento] deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo, como justa e vincadamente sublinhou um eminente especialista: “Não aceitamos que o económico se separe do humano; nem o desenvolvimento, das civilizações em que ele se incluiu. O que conta para nós é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até chegar à humanidade inteira”».[5]

Sem dúvida, para o desenvolvimento do homem contribui o trabalho, que é um fator essencial para a dignidade e o amadurecimento da pessoa. O trabalho é necessário assim como são necessárias condições adequadas de trabalho. No século passado não faltaram exemplos eloquentes de empresários cristãos que compreenderam como o sucesso das suas iniciativas dependia antes de tudo da possibilidade de oferecer oportunidades de emprego e condições dignas de ocupação. É preciso recomeçar a partir do espírito daquelas iniciativas, que constituem também o melhor antídoto contra os desequilíbrios provocados por uma *globalização sem alma*, uma globalização “esférica” que, mais atenta ao lucro do que às pessoas, criou difundidas bolsas de pobreza, desemprego, exploração e mal-estar social.

Seria oportuno voltar a descobrir também a necessidade de uma realidade do trabalho, sobretudo para os jovens. Hoje muitos tendem a evitar ocupações em setores outrora cruciais, porque são considerados cansativos e pouco rentáveis, esquecendo-se de que eles são indispensáveis para o desenvolvimento humano. O que seria de nós, sem o compromisso das pessoas que, com o seu trabalho, contribuem para a nossa alimentação quotidiana? O que seria de nós, sem o trabalho paciente e industrioso de quantos tecem as roupas que vestimos, ou constroem as casas que habitamos? Muitas profissões hoje consideradas de segunda categoria são fundamentais. São-no do ponto de vista social, mas acima de tudo pela satisfação que os trabalhadores recebem de poderem ser úteis para si mesmos e para os outros, através do seu esforço diário.

Compete igualmente aos governos criar as condições económicas que favoreçam um empresariado saudável e níveis adequados de emprego. A política tem especialmente a tarefa de reativar um *círculo virtuoso* que, a partir de investimentos a favor da família e da educação,

permita o desenvolvimento harmonioso e pacífico de toda a comunidade civil.

Promessa de paz

Por fim, o compromisso dos cristãos na Europa deve constituir uma *promessa de paz*. Foi este o pensamento principal que animou os signatários dos Tratados de Roma. Depois de duas guerras mundiais e de violências atrozes de povos contra povos, tinha chegado a hora de afirmar o direito à paz.[6] É um direito! No entanto, ainda hoje vemos que a paz é um bem frágil, e as lógicas particulares e nacionais correm o risco de tornar vãos os sonhos intrépidos dos fundadores da Europa.[7]

Todavia, ser pacificador (cf. *Mt* 5, 9) não significa unicamente esforçar-se para evitar as tensões internas, trabalhar para pôr fim a numerosos conflitos que ensanguentam o mundo ou levar alívio a quantos sofrem. Ser operador de paz significa fazer-se promotor de uma *cultura da paz*. Isto exige amor pela verdade, sem a qual não podem existir relacionamentos humanos autênticos, e promoção da justiça, sem a qual a opressão é a norma predominante de qualquer comunidade.

A paz exige também a criatividade. A União Europeia será fiel ao seu compromisso de paz, na medida em que não perder a esperança e souber renovar-se para responder às necessidades e às expetativas dos próprios cidadãos. Há cem anos, exatamente nestes dias, começava a batalha de Caporetto, uma das mais dramáticas da Grande Guerra. Ela constituiu o ápice de uma guerra de desgaste, como foi o primeiro conflito mundial, que teve o triste primado de ceifar incontáveis vítimas diante de conquistas irrisórias. Daquele acontecimento aprendemos que se nos entrincheirarmos por detrás das nossas posições, acabaremos por sucumbir. Portanto, este não é o momento de construir trincheiras, mas de ter a coragem de trabalhar para perseguir plenamente o sonho dos Padres fundadores de uma Europa unida e concorde, comunidade de povos desejosos de compartilhar um destino de desenvolvimento e de paz.

Ser alma da Europa

Eminências, Excelências

Ilustres Hóspedes!

O autor da Carta a Digoneto afirma que «o que é a alma no corpo, assim são os cristãos no mundo».[8] Nesta época, eles são chamados a dar uma nova alma à Europa, a despertar a sua consciência, não para ocupar espaços — isto seria proselitismo — mas para animar processos,[9] que gerem, novos dinamismos na sociedade. Foi precisamente o que fez São Bento, não por acaso proclamado por Paulo vi padroeiro da Europa: ele não se preocupou por ocupar os espaços de um mundo perdido e confuso. Sustentado pela fé, ele olhou para mais além e, de uma pequena gruta de Subiaco deu vida a um movimento contagioso e incontível, que

redesenhou o semblante da Europa. Ele, que foi «mensageiro de paz, realizador de união e mestre de civilização»,[10] mostre também a nós, cristãos de hoje, que da fé brota sempre uma esperança jubilosa, capaz de transformar o mundo. Obrigado!

Que o Senhor abençoe todos nós, abençoe o nosso trabalho, abençoe os nossos povos, as nossas famílias, os nossos jovens, os nossos idosos, e abençoe a Europa.

Que vos abençoe Deus Todo-Poderoso, Pai e Filho e Espírito Santo. Muito obrigado. Obrigado!

---

[1] Bento, Regra, Prólogo, 14. Cf. SL 33, 13.

[2] *A ditadura do pensamento único*. *Meditação matutina na Capela da Domus Sanctæ Marthæ,* 10 de abril de 2014.

[3] *Conferência de imprensa durante o voo de regresso da Colômbia,* 10 de setembro de 2017.

[4] Concílio Ecuménico Vaticano II, Declaração *Gravissimum educationis,* 28 de outubro de 1965, 3.

[5] Paulo VI, Carta Encíclica *Populorum progressio,* 26 de março de 1967, 14.

[6] Cf. *Discurso aos estudantes e ao mundo académico,* Bolonha, 1 de outubro de 2017, n. 3.

[7] Cf., *ibidem*.

[8] *Carta a Diogneto,* VI.

[9] Cf. Exortação Apostólica *Evangelii gaudium,* 223.

[10] Paulo VI, Carta Apostólica *Pacis nuntius,* 24 de outubro de 1964.

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana